



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 28 / 11 / 19
AZAMBUJA

Com: *Unanimidade*

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2019

--- Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, pelas 20h45m, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja

ORDEM DO DIA

votos contra

abstenção

Ponto 1 - Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

Ponto 2- Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras – 2018 19/P/2019

Ponto 3- Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício – 2018 20/P/2019

Ponto 4 Modificação ao Orçamento / Revisão Orçamental 21/P/2019

Ponto 5 - Alteração ao Mapa de Pessoal 15/V-SV/2019

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge Lopes, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge.

-- Faltou por doença o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues que não se fez representar e apresentou posteriormente a devida justificação.

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes.

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão cumprimentando os demais intervenientes da mesma e propôs um minuto de silêncio em honra das vítimas dos Furacões de Moçambique e das vítimas do atentado do Siri Lanka onde morrera um português, o que foi aceite e respeitado por todos, após o que de acordo com artº37º, do Regimento da Assembleia, deu a palavra ao Público.

--- INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS

--- Inteveio o Sr. Mário Tomás para informar da falta de iluminação da estrada de acesso a Manique do Intendente, assim como outras estradas do concelho. Solicitou à Câmara Municipal que fizesse "um pressing" junto da EDP e da EP por forma a serem colocadas mais luminárias, evitando mais acidentes. -

--- Foi dada a palavra ao Senhor José Manuel Pratas, que relevou o esforço feito pela Câmara no sentido de proporcionar aos utentes da CP a redução no valor do passe mensal. Sugeriu que o executivo pudesse consultar os habitantes de Aveiras de Cima acerca da utilização a dar ao edifício do antigo cinema, antes de tomar qualquer decisão, pois considerou haver diversas opiniões acerca do assunto.

--- APROVAÇÃO DE ATAS

--- Foi colocada à votação a ata do dia 28 de Junho de 2018, a qual foi aprovada com 25 votos a favor e 2 ausências.

--- Colocada à votação a ata do dia 27 de Setembro de 2018, foi a mesma aprovada com 26 votos a favor e 1 ausência.

--- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS.

--- interveio o Deputado Daniel Claro do BE, que começou a sua intervenção dizendo que já falara com o Deputado António Nobre e com o Sr. Presidente da Assembleia acerca do mal entendido gerado aquando da Sessão Solene do 25 de abril e desculpou-se perante toda a Assembleia por ter usado um tom de voz mais elevado que normalmente não utilizava nas suas dissertações.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Jorge Lopes, que iniciou a sua intervenção lamentando a decisão da Ministra da Saúde de efetuar a sindicância à Ordem dos Enfermeiros e informou que o PSD considerava que ao abrigo da sua liberdade não considerava que a "Grândola Vila Morena" fosse um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ícone do 25 de abril, pelo que considerava não ter de se levantar quando esta fosse tocada o que acontecera na cerimónia do 25 de abril, e que era entendimento levantarem-se apenas ao som do Hino Nacional.-----

--- O Deputado Manuel Couceiro perguntou para quando a reparação da estrada Vale do brejo/Qta. Da Texuga/Misericórdia, uma vez que as estradas de Aveiras estão a ser reparadas com renovação de tapetes, ainda que a Adaz já tenha feito buracos. Pediu ponto de situação da legalização ou não de um pavilhão perto da ponderosa, situado junto a uma linha de água numa vinha e para finalizar perguntou como é que estava o processo de fiscalização e levantamento das necessidades das coletividades. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a reparação do troço de estrada referido já fazia parte de um levantamento das necessidades de intervenção em estradas efetuado, estaria pra breve o lançamento da empreitada, que agora era a vez de se intervir em Aveiras de Cima com alguns melhoramentos que necessitava e que era intenção do executivo proceder assim em todas as freguesias a pouco e pouco. Quanto aos pavilhões de Ferro velho em Alcoentre, esclareceu que um estava praticamente legalizado, havia processo a decorrer na Câmara e que o outro tinha problemas em tribunal, estava pendente de um entendimento entre os irmãos proprietários para a cedência de uma parte de terreno à Câmara para acesso aos restantes moradores, terreno esse que se previa ser protocolado com a Junta de Freguesia para servir de estacionamento de apoio ao cemitério de Tagarro. Quanto às coletividades e Associações o processo estava a chegar ao término, havia relatórios que disponibilizara aos Senhores Vereadores da oposição, mas que também lhes poderia facultar.-----

---O Deputado António Jorge Lopes perguntou se a declaração de Interesse público Municipal que permitira a legalização, ainda estava em vigor. A que o Senhor Presidente respondeu que a parte de um dos irmãos tinha sido impedida pela Judiciária e pelo tribunal, pelo que não houvera hipótese de se ter mexido no processo ainda que a fiscalização lá se tenha deslocado, até a situação estar resolvida.

--- Interveio o Deputado Municipal José Carlos Matos para perguntar de quem era a responsabilidade pela colocação de condutas na r. dos Apóstolos em Casais de Baixo e se uma construção em alvenaria a ser efetuada ao lado da escola primária em Casais de Britos tinha licença. lamentou a ausência do Senhor vereador António José Matos a quem queria agradecer " *pela coragem que teve em quebrar o Protocolo e com isso conseguir fazer o alargamento do benefício do passe social a Azambuja.*"-----

--- O Senhor Presidente disse que relativamente á conduta de esgotos seria certamente da responsabilidade da AdAz, e que iria ver o que se estava a passar bem como da licença para a construção. Esclareceu que o Senhor Vereador António José Matos estaria a chegar de uma reunião tida na Câmara.

--- O Senhor Deputado António Nobre indagou ponto de situação para a Revisão do PDM de Azambuja, que arrancara com o maior dos entusiasmos e parecia ter estagnado, nem Alcoentre nem o Alto Concelho tinha conhecimento das alterações a proceder, a que o Senhor Presidente de Câmara respondeu que a revisão do PDM não se efetuava de um dia para o outro, conquanto já estivesse numa fase adiantada, e que obedecia a diversas normas obrigatórias. Disse que tinha sido feita uma reunião com os técnicos que a estavam a elaborar e o executivo, tinham sido feitos workshops na Escola Secundária e que estava a ponderar ver com o Sr. Presidente da Assembleia uma data para que o trabalho fosse apresentado aos elementos da assembleia Municipal, promovendo também uma reunião com os técnicos. -----

--- O Deputado António Nobre considerou ser do consenso público que o enquadramento legal para o PDM tinha mudado, mas insiste na necessidade de haver uma rápida revisão, o Concelho necessita disso, para além de não se ter de recorrer a declarações de Interesse Público Municipal que considerou forçadas e de duvidosa legalidade. -----

--- A Deputada Inês Louro iniciou a sua intervenção lamentando não ter podido estar presente na sessão Solene do 25 de abril e não ter podido prestar homenagem aos valores de abril. Continuando solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que informasse a A.M. e o público presente de qual em concreto o valor efetivo com os custos para o passe navegante, qual o impacto financeiro no próximo e nos anos vindouros. Perguntou ponto de situação para as negociações para a extensão do passe à localidade de Virtudes. Para finalizar comentou a colocação de um cartaz junto á passagem pedonal de acesso ao ALDI. -----

--- O Sr. Presidente referiu que nada sabia acerca da intenção com que fora colocado o cartaz e que a obra tinha sido mandada efetuar pela Câmara após dois condutores de pesados terem falado com ele alertando para a perigosidade que o acesso pela via representava. Informou que os passes custariam 40.50 € aos assinantes e que existia ainda um passe rodoviário que comportava um desconto de 35% no seu valor. Referiu que apesar de ter tido reuniões com a CP, a grande impulsionadora responsável pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

concretização dos acordos fora a CIMLT. Quanto à possível extensão do benefício às Virtudes, disse que fora feito um levantamento do número de utentes do passe, que se cifrava em 46, que a CIMLT estava a tentar negociar com a CP este acréscimo e informou que se tal não fosse possível a Câmara Municipal estava disponível para fazer acordos com a CP para que os utentes das Virtudes pudessem também usufruir da redução. Para finalizar informou que os valores que os montantes que a Câmara teria de despende eram 2.291.40 € para 2019 correspondente a nove meses, 12.221.10 € respeitante a 2020 e 24.442.20 € em 2021. -----

--- O Sr. Deputado Daniel Claro expôs a situação de um munícipe que na sequência de uma rotura seguida de avaria de contador a AdAz emitira uma fatura por estimativa reportada ao mês de maior consumo, o da rotura. Chamou a atenção para o facto de o Regulamento que estava no site da Empresa já não ser o antigo que remetia ainda para a Câmara algumas responsabilidades que já não tinha de acordo com o novo Regulamento. Solicitou apoio nesta situação ao Senhor Vereador Silvino Lúcio junto da AdAz, por forma a que o munícipe não tivesse de despende de um valor tão elevado. Referiu que no dia anterior soubera da intenção da Câmara de substituir os paralelepípedos na estrada da r. principal por asfalto, com o que disse ser totalmente de desacordo, havia outras soluções que não teriam de passar pela substituição do empedrado, sendo que tal forma de pavimentação era a tendência atual para as zonas históricas. Para finalizar perguntou acerca das lamas encontradas no Esteiro, se se sabia qual o grau de toxicidade, se havia algum estudo que pudesse identificar os materiais tóxicos, se eram resultado do escoamento indevido de algum cano de esgoto, se sim se era possível identificar o responsável atendendo a que poder-se-ia estar perante um crime ecológico, sendo necessário imputar as responsabilidades a alguém. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que, não se tratava de crime ambiental, tinha sido rececionado o parecer da APA que aconselhava a que se fizessem análises ao tipo de lamas, o que seria feito. Quanto à pavimentação referiu haver muitas queixas de munícipes com as poças de água que se formam e que provocam banhos forçados ao transeuntes. Disse não ser possível a recuperação, um estudo feito havia detetado irregularidades por baixo dos paralelepípedos. -----

--- O Deputado José Carlos Matos chamou a atenção para o alarmismo que acompanhara as notícias saídas na imprensa que chegara a publicar que Azambuja não teria acesso ao passe ao que o Sr. Presidente disse que fora consenso das Câmaras da CIMLT que só se pronunciarão após a conclusão das negociações, o que dera origem a especulação por parte da média. -----

--- O Sr. Deputado António Nobre, congratulou-se com a medida tomada acerca dos passes, coisa que a CDU sempre defendera, ao contrário do Governo que há uns anos atrás quisera privatizar a rede e transportes. -----

--- O Sr. Presidente da assembleia deu por encerrado o ponto antes da Ordem do dia após o deu início ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- ORDEM DO DIA -----

--- **Ponto 1- Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca Atividade Municipal** -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Claro que referiu que a questão do financiamento dos passes tinha de facto sido empolgada pelos média que chegara a alvitar que a Câmara teria de despende um milhão de euros, lembrou que a CDU, o BE e o PS e um grupo de cidadão utentes da CP tinham dado o seu contributo e que a CIMLT, a quem ninguém tirava o mérito de ter conduzido as negociações a bom porto, nada fizera além da sua obrigação. No que concerne à atividade Municipal considerou que o problema estava mais naquilo que ela não referia do que aquilo que nela era dito e deveria ser explicado, como por exemplo um ponto de situação do Orçamento participativo, o planeamento económico e reiterou a opinião já antes formulada da falta de uma introdução sobre a componente política das ações. -----

--- Interveio o Deputado José Carlos Matos para lembrar da necessidade de a Adaz proceder à devida reparação nas estradas onde intervém para o sistema de esgotos, caso da R. dos Apóstolos em Casais de Baixo e da necessidade de ser criada uma alternativa ao trânsito de camiões entre Aveiras/ Casais de Baixo dada a perigosidade que o mesmo representa para as populações. -----

--- Interveio a Deputada Luisa Martins, dizendo conquanto na Atividade Municipal fosse referida a conclusão de condutas e pavimentos em Azambuja, continuavam a existir uma série de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

buracos não reparados para além de ervas nos passeios pelo que considerou que a monda química não estaria a ser devidamente aplicada pela Junta de Freguesia.-----

--- O Sr. Deputado Mário Parruca perguntou pela iluminação da via pública se está ou não concluída ou em que fase está. A que o Senhor Presidente da Câmara respondeu haver duas fases para a implementação da iluminação LED no Concelho. Uma de acordo com a EDP que iria colocar 700 luminárias e outra resultante da candidatura da Câmara de colocar 3.600 luminárias, no momento a EDP estava a proceder à substituição, daí eu no concelho a iluminação apresentasse dois tons de luz diferentes, mas após a conclusão da segunda fase essa situação ficaria resolvida.-----

--- O Deputado José Carlos Matos a propósito de iluminação lembrou a necessidade de se proceder á substituição de lâmpadas na R. José Ramos Vides, que mais uma vez se encontravam apagadas.-----

---PONTO 2 - Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras – 2018 -----19/P/2019

---O Sr. Presidente da Câmara apresentou os Documentos de Gestão, informando que em 2018 as receitas arrecadadas tinham sido de 22.675.000.00 €, sendo que 95,3% da Receita total fora constituída por Receitas Correntes, num valor que se cifrava em 21.6 milhões de euros, representando as receitas de capital 4,7% (cerca de 1,1 M€), e que em termos globais a receita aumentara relativamente ao ano anterior em cerca de 33,5%. Referiu ter-se alcançado uma taxa de execução da Receita Orçamental de 135,0%, que as Receitas arrecadadas pelo Município totalizaram 16.979 milhares de euros, sendo que 96,8% corresponderam a receitas correntes e 3,2% a receitas de capital.-----

--- Relativamente à Despesa, informou que o valor dos pagamentos efetuados, em milhares de euros, fora de 18.1 o que representava, uma execução orçamental global da despesa de 85,5%, dos quais 11,9 milhões de euros referiam-se a despesa corrente e 6,2 milhões de euros a despesa de capital. Realçou o esforço vindo a fazer de canalizar recursos para investimento, o que se espelhara num aumento de 38,5 % no investimento em 2018. Quanto ao Saldo de Gerência referiu que acompanhara as expetativas, e que 8 948 521,46 € transitaram para 2019 refletindo assim a solidez alcançada também ao nível da gestão de tesouraria.

--- Quanto à Situação Económica e Financeira, informou que o Resultado Líquido do Exercício fora positivo, tivera um acentuado decréscimo de 2017 para 2018, na ordem dos 7.314 milhares de euros, tendo os proveitos e ganhos totais superado os custos e perdas totais em cerca de 1.877 milhares de euros, e que no momento o prazo médio de pagamento a fornecedores era de zero dias, o total das dívidas orçamentais também reduzira para 1 723.000.00 €, encontrando-se assim o Município numa situação bastante confortável, quanto ao endividamento consideravam-se cumpridas as disposições legais e a regra do equilíbrio orçamental. Para finalizar colocou-se à disposição para esclarecer as dúvidas que tivessem, e para explicações mais técnicas informou estarem presentes os Drs. Irene Lameiro e Ricardo Portela do Departamento Financeiro.-----

--- A Sra. Deputada Ana Lúcia Catorze interveio para perguntar onde estava espelhado no relatório de Gestão a dívida da habitação social. A que o Dr. Ricardo Portela, chefe da Divisão Financeira a solicitação do Sr. presidente de Câmara respondeu que na página DO2- Controle Orçamental da Receita na rubrica 07.03.01.- rendas de habitações, edifícios e outros estava espelhado todo o movimento com as rendas de habitação desde o início do ano bem como o saldo final.-----

--- Interveio o Senhor Deputado Municipal Daniel Claro que disse nada ter a apontar do ponto de vista técnico ao documento, contudo mais uma vez salientou a falta de um relatório político de fundamento estratégico, que pudesse explicar as ações tomadas.-----

--- O Senhor Deputado António Nobre referiu também que do ponto de vista técnico a CDU nada tinha a opor à forma como as contas estavam apresentadas, referiu que o Parecer do Revisor Oficial de Contas não apresentara nenhuma ênfase ou reserva, contudo teria de salientar dois aspetos que lhe pareciam importantes, “os ganhos trazidos pelo vento” e o facto de a receita própria do município ter tido um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

comportamento um tanto ou quanto negativo o que considerou mau sinal para o concelho, a Derrama não crescera significativamente em relação ao ano de 2017 e 2018. Outro indicador de que as coisas não estavam a correr muito bem considerou se as receitas de urbanismo no que concerne a loteamentos, obras particulares e afins. Chamou a atenção para que em termos de IMI se poderia ter ido mais longe na redução aos contribuintes e que ainda assim a receita do Município crescera significativamente em comparação à Derrama, o que poderia querer dizer que se estava a tributar exageradamente as casas onde as pessoas moram. Considerou ser de equacionar uma tributação mais justa para os munícipes do concelho. -----

--- O Deputado José Carlos Matos considerou que o Relatório de Gestão, nada tinha de relatório na aceção do termo, faltava-lhe a componente política que clarificasse o porquê das opções, o que era apresentado era um “molho de papel escrito para ser lido no espaço de poucos dias”. Considerou ser de usar os meios audiovisuais de que a Câmara dispunha para apresentar o documento na tela e referiu que as reuniões da Assembleia municipal deveriam ser filmadas para que os munícipes vissem o que nelas era tratado. --

--- O Deputado Antonio Jorge Lopes considerou que as intervenções do BE, da CDU e CDS iam ao encontro do que o PSD vinha a dizer já há uns anos que no relatório de Atividades deveriam ser enfatizadas as linhas principais da estratégia política em relação a cada uma das áreas por definição de metas de forma a que ao ser analisado o relatório se conseguisse ver se essas metas tinham ou não sido cumpridas. Salientou a importância que a calendarização das ações teriam se fosse apresentada. -----

---O Deputado Daniel Claro, referiu partilhar das opções quer do PSD quer da CDU, mas alertou que baixar a taxa do IMI ou devolver as verbas do IRS cobradas só por si não eram opção, haviam um conjunto de ações a ser discutidas em conjunto que permitiriam resolver a situação de forma estruturada, que não passasse só pela questão monetária em si. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 19/P/2019 foi aprovada por maioria com 13 votos a favor do PS e 13 abstenções (6 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS). -----

-- **Ponto 3– Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício – 2018 ----- 20/P/2019**

--- Não houve intervenções dos Senhores Deputados Municipais.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 20/P/2019 foi aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS) e 5 abstenções do PSD. -----

--- **Ponto 4 Modificação ao Orçamento / Revisão Orçamental ----- 21/P/2019**

--- Interveio o Deputado José Carlos Matos, dizendo que o documento era pouco explícito, se limitava a ser um amontoado de tabelas praticamente ilegíveis que antecipava o proposta. ----

--- O Senhor Deputado António Nobre referiu ser a primeira vez em muitos anos que o executivo se propunha fazer um investimento de 9.000.000.00 €, sem recurso a empréstimo bancário, sublinhou a entrada extraordinária da receita havida e disse que a CDU fazia votos que esta fosse aplicada da melhor maneira. Considerou ter havido incrementos significativos nalgumas verbas, que gostaria de ver explicado. Perguntou a que é que se devia o valor 450.000.00 referido na rubrica 07.01.06.02- transportes -outros, uma vez que a dotação inicial era de 10.950.00€, na rubrica de Viadutos e estradas a que se devia o reforço de 805.000.00 €, quais as estradas e viadutos a serem intervencionados, referiu o valor 590.000.00€ a que é que se destinava, a que o Sr. Presidente da Câmara espondeu pela ordem que as questões haviam sido colocadas que o valor 440.000.00 € de reforço se devia à aquisição de um autocarro escolar assim como de carrinhas e outras viaturas, que houvera um reforço na rubrica de viadutos arruamentos caminhos e obras complementares dado que tinham um plano de alcatroamento em diversas estradas ainda que talvez não fosse possível realizá-lo na integra no ano corrente pois careciam algumas delas de autorização do tribunal de Contas o que acabava por atrasar o início das intervenções, para finalizar referiu que o valor 590.00.00€ fora colocado em património para acautelar a intenção de aquisição para um armazém por detrás da estação, antigas instalações da INASI, que a Câmara tencionava adquirir para instalar o arquivo e um ninho de empresas, teria de proceder-se a avaliações para ver da viabilidade do negócio. -----

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes, disse comungar das observações que até aqui haviam sido feitas, que do ponto de vista técnico nada havia a obstar, mas para o conjunto de intenções que o documento traduzia havia dificuldade em associar cada uma das ações, iniciativas e obras aos respetivos montante, o que reportava para a questão já apontada e que se resolveria com a colocação de uma grelha com a identificação dos projetos, especificados. Assim em nome do PSD solicitou que lhe fosse facultado em concreto quais as ações e obras que estão incluídas em Instalações Desportivas e Recreativas e que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

objeto de um incremento de 340.000.00 €, destas obras, quais é que já têm projeto e quais é que não têm, quando é que se prevê o arranque de cada uma delas e a sua conclusão. Solicitou a mesma especificação para a rúbrica das escolas com um incremento de 500.000.00€, e para Arruamentos e Viadutos onde sugeriu que bastaria identificar as dez intervenções mais significativas. -----

--- O Sr. Presidente disse que facultaria a informação. -----

--- Foi apresentado à mesa pelo grupo do PSD um requerimento para continuação da discussão da Ordem de Trabalhos, até à sua conclusão, o que foi aprovado por maioria com 25 votos a favor e 1 voto contra.

--- O Deputado Daniel Claro referiu não fazer sentido que as propostas viessem à Assembleia Municipal com o mesmo teor com que iam à Câmara, por concretamente no caso da que agora estava em apreciação dizer no seu ponto 2 " *que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita à aprovação da Assembleia municipal, nos termos*" Considerou que enquanto elemento da Assembleia Municipal, não fazer sentido estará a votar o envio do documento à mesma. Relativamente ao documento em si, disse não ir levantar mais questões, que já tinham sido objeto de discussão pelos anteriores Deputados, mas que gostaria de chamar a atenção para a necessidade de ser aferida e acautelada a capacidade de disponibilidade técnica por parte dos serviços para acompanharem todos os projetos para tão grande investimento. Em resposta o sr. presidente disse que com os técnicos de que dispunha no momento na Câmara, era impossível realizar todos os projetos pelo que na sua grande maioria seriam elaboradas por empresas externas. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 21/P/2019 foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). -----

--- **Ponto 5 - Alteração ao Mapa de Pessoal** -----15/V-SV/2019

--- Não houve intervenções dos Senhores Deputados Municipais. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 15/V-SV/2019 foi aprovada por unanimidade. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Eram 0 horas e 5 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa.